

The image features four stylized sun icons in a light gray color. Each sun has a central circle with a smaller dot in the middle, surrounded by several elongated, teardrop-shaped rays. The suns are arranged in a scattered pattern: one large sun at the top center, one medium sun to the left, one large sun to the right, and one small sun at the bottom left. The word "RESENHA" is centered in the middle of the page, overlapping the large sun at the top.

**RESENHA**

# REPENSANDO O FEMINISMO COM FRANÇOISE VERGÈS – PERSPECTIVAS DO SUL GLOBAL

**Alana Pereira da Silva**  

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

submissão: 09/10/2023 | aprovação: 05/12/2023

Françoise Vergès é cientista política, historiadora, ativista francesa e especialista em estudos pós-coloniais. Publicou artigos que trabalham com as perspectivas analíticas de Frantz Fanon, Aimé Césaire e com temas diversos como o abolicionismo, a psiquiatria colonial e pós-colonial, a memória da escravidão e novas formas de colonização e a racialização na contemporaneidade. Segundo Flávia Rios, pesquisadora que escreve a apresentação da edição brasileira do livro, Vergès é uma das vozes de intelectuais racializadas do Sul Global que busca fazer do feminismo uma teoria radical contra o capitalismo, racismo e sexismo.

O livro foi publicado originalmente em francês e traduzido em português por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. O primeiro tópico do livro conta com uma importante apresentação de Flávia Rios, que é professora da Universidade Federal Fluminense e coautora de livros que dedicam esforços para compreender a questão racial no Brasil. Nesta sessão inicial do livro, Rios demonstra que a luta por um feminismo radical ou decolonial não se trata de uma luta contra o feminismo, mas por um feminismo antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista.

Nessa perspectiva de pensar um feminismo descolonizador, Françoise Vergès se aproxima das produções intelectuais do Sul Global e realiza um diálogo com intelectuais africanas, latino-americanas e asiáticas. Assim, o feminismo decolonial concentra esforços em analisar os problemas sociais ocasionados pela *colonialidade*. Em nota de encerramento da abertura do livro, Rios acrescenta que pensar em

moldes interseccionais das opressões dos povos do Sul a partir do termo “racialização” não diz respeito apenas a pessoas negras. Isto porque Vergès ao se referir às mulheres racializadas considera as mulheres entendidas como não brancas e não ocidentais. Esses processos de racialização compõem os marcadores sociais da diferença no que tange aos costumes, à religião, à língua ou qualquer outro traço cultural e social que coloque as mulheres, especificamente, em uma posição de dissidência.

Em seguida, as tradutoras do livro publicam uma nota que insere as discussões iniciais a respeito do campo semântico que envolvem a descolonização ou decolonização como um processo de enfrentamento da *colonialidade* do poder. As tradutoras explicam que, quando Vergès trabalha com o conceito de *decolonialidade*, refere-se ao processo de *desligamento* epistêmico das “metrópoles das ex-colônias” (Dias & Camargo 2020:5). O livro está dividido em três capítulos, com um prefácio de Françoise Vergès para a edição brasileira.

No prefácio, a autora do livro explica que ele foi pensado a partir das experiências de mulheres “racializadas” que têm o papel social historicamente condicionado ao *trabalho de cuidado* e limpeza do mundo. Sem essas mulheres o capitalismo não se sustenta. Isto porque uma das bases do sistema capitalista é o sexismo e o racismo, questões que o feminismo *civilizatório* não se preocupou. Este movimento de mulheres brancas ocidentais tendeu a reduzir o patriarcado existente em sociedades não ocidentais a condições de grosse-

ria, vulgaridade e violência, enquanto o sistema patriarcal europeu como aberto às reinvenções e diversidades culturais e a favor dos direitos de LGBT+ e dos direitos das mulheres (*femonacionalismo e homonacionalismo*).

Françoise Vergès explica que compreende o termo “mulher” a partir da posição social e política e não necessariamente de uma perspectiva biológica. Ela enfatiza ue é necessário compreender os papéis das mulheres do Sul Global na organização do mundo, para demonstrar a urgência de um caráter revolucionário crítico do capitalismo racial e do heteropatriarcado. Por isso, ela compreende um feminismo aberto a questionamentos, às possibilidades de rever análises e pressupostos, ancorado nas lutas sociais e que não busca o reconhecimento das instituições capitalistas para se fortalecer.

No capítulo 1, “Definir um campo: o feminismo decolonial”, Vergès explica que o livro está situado no diálogo entre as críticas dos feminismos do Sul Global que analisam o gênero, o feminismo, as lutas das mulheres e a crítica do feminismo *civilizatório*. Sua crítica diz respeito a como o feminismo francês pensava em termos de igualdade de gênero como uma resposta ao sexismo, mas não questionava o racismo do Estado europeu, que “bate com uma mão e com a outra tenta cooptar”. A autora retoma Angela Davis para dizer que o feminismo envolve mais do que pensar em termos de igualdade de gênero e do gênero em si, mas também ultrapassa a categoria biológica de “mulheres”, que, em sua análise, devem ser percebidas na sua dimensão

política radical (Vergès 2020). Ela, complementa que, para mulheres racializadas, afirmar o que é ser mulher foi um campo de luta (Vergès 2020).

Ao propor continuar “reivindicando o feminismo”, a autora explica o incomodo que ela sente quando precisa se dizer “feminista”, pois foi levada a se autodenominar feminista devido à emergência de um feminismo decolonial, transnacional e plural e como uma forma de tecer críticas ao feminismo *civilizatório*. Esta problematização também foi objeto de reflexão de Rita Segato (2012) e Jasbir Puar (2015), que questionam as ações do Estado capitalista perante o que insistem em denominar de sociedades atrasadas e preconceituosas, como se o modelo de igualdade, liberdade e fraternidade tivesse a obrigação de continuar seguindo a lógica colonialista, que transforma o “outro” do Sul Global em indivíduos à espera da salvação social. Assim, o Estado (ou o imperialismo), o capitalismo e o colonialismo que produziram o preconceito se tornam os protetores dos alvos do discurso de ódio. Como bem provoca Rita Segato (2012:6) “o Estado dá com uma mão o que tirou com a outra”.

Nas palavras da autora “é como se as mulheres, por serem vítimas da dominação masculina, não tivessem nenhuma responsabilidade em face das políticas empreendidas pelo Estado Francês” (Vergès 2020:26). Sendo assim, os feminismos de política decolonial não pretendem ser uma “nova onda” do movimento, pois pensar em termos de “ondas” e “gerações” contribui para o apagamento dos trabalhos de feministas que vieram anterior-

mente (sobretudo aquelas “esquecidas”), afirma Vergès (2020). O feminismo decolonial se apoia nas histórias das lutas das antepassadas e está inscrito no amplo movimento de reapropriação científica e filosófica com o objetivo de revisar a narrativa europeia (Vergès 2020:31).

Ainda no primeiro capítulo, a autora explicita o conceito de *colonialidade*. Para tal, ela empresta o conceito de Peter Ekeh para explicar que é importante não confundir *colonização* com *colonialismo*. *Colonização* é um período ou acontecimento histórico e *colonialismo* é um processo ou movimento social que perpetua através das formações sociais que resultam da *colonização*. Já a *colonialidade* é o que permanece quando se tem a noção de que o *colonialismo* acabou. A *colonialidade* é percebida nas próprias instituições de poder que herdaram a partilha do planeta entre o mundo civilizado e não civilizado (p.30-34).

Nesse sentido, o feminismo *civilizatório* que nasce com a colônia tem como objetivo “salvar as mulheres racializadas do ‘obscurantismo’”, mas não se dá conta de que, quando feministas “racializadas” denominam o feminismo de um movimento de mulheres brancas, não é “simplesmente porque as mulheres brancas adotaram, mas porque continuam a reivindicar o pertencimento à Europa que foi construída com base na partilha racializada do mundo” (Vergès 2020:36).

A autora também problematiza a *colonialidade* do conceito de gênero com relação à fragmentação revolucionária de pensar o sexismo simplesmente

em termos de gênero que não reconhece a urgência de interseccionalizar o racismo (ainda que ela não trabalhe com a abordagem interseccional propriamente dita), afirmando que “as mulheres negras são objetos sexuais e não seres cujo gênero demandaria que fossem tratadas com doçura e respeito” (Vergès 2020:50). Sendo assim, o gênero “não existe em si mesmo”, mas é uma categoria histórica e cultural que “não pode ser concebido da mesma maneira na metrópole e na colônia” (Vergès 2020:50).

No capítulo 2, “Evolução para um feminismo civilizatório do século XXI”, Vergès problematiza a respeito da presença das mulheres na missão civilizatória liberal e como o capitalismo não hesita em adotar um feminismo corporativo (Vergès 2020). Trata-se de uma das consequências da inclusão liberal do feminismo ou *femonacionalismo* como um processo de exploração de temas feministas por nacionalistas e neoliberais xenofóbicos (Vergès 2020). Feminismo *civilizatório* este que reescreve histórias de mulheres na história para favorecer a aceitação dos termos “feminismo” e “feminista”, mas “ignora as análises das mulheres que participam das lutas anticoloniais e anti-imperialistas e críticas da dimensão do gênero do nacionalismo” (Vergès 2020:89).

Desse modo, Françoise Vergès ressalta a importância de um feminismo militante que traga à tona as estruturas racistas do Estado através da luta coletiva. E é nessa perspectiva de um movimento engajado com a reescrita da história das mulheres que a autora provoca com relação à importância de

“trazer à luz as contribuições das mulheres indígenas, das mulheres negras, das mulheres colonizadas, dos feminismos antirracistas e anticoloniais” (Vergès 2020:86).

Um dos exemplos que a autora utiliza para demonstrar a “superioridade cultural da França” (Vergès 2020:94), é o caso da “revolta do biquíni” como um símbolo de libertação da mulher e, em contrapartida, os pressupostos etnocêntricos das feministas francesas com relação aos corpos das mulheres mulçumanas que utilizavam o *burkini* (que é um traje de banho de mulheres mulçumanas). Acontece que este foi proibido por regulamentos oficiais e a força policial francesa multava mulheres que o usassem nas praias (Vergès 2020).

O femonacionalismo é mais uma ferramenta colonial ou pós-colonial de uma Europa que insiste em se mostrar superior e modelo a ser seguido. Lógica essa que propagou um modelo de civilização, um

modelo de trabalho, de economia e, com os avanços dos movimentos sociais, um modelo de liberdade.

Por fim, Françoise Vergès retoma a discussão sobre o papel da mulher racializada na limpeza e no cuidado do mundo, com os quais o imperialismo, o capitalismo e o colonialismo se mantêm firmes. Uma vez que mulheres brancas lutam para conseguir espaço no mercado de trabalho, estas não se questionam a respeito da distinção entre os trabalhos de mulheres brancas e mulheres racializadas o que “muda profundamente as problemáticas em jogo nesse âmbito” (Vergès 2020:99). Nesse sentido, a luta deve continuar sendo sobre equidade de gênero, mas enquanto este movimento não reconhecer o racismo de uma luta que se cristaliza apenas no gênero, mulheres racializadas permanecerão em situação de vulnerabilidade, evidenciando que o feminismo, nesses moldes, não se mostra eficaz.

## REFERÊNCIAS

Dias, Jamille Pinheiro e Camargo, Raquel. 2020. Nota da Tradução, in *Um Feminismo Decolonial*, pp. 5-6. São Paulo: Ubu. <https://mulherespaz.org.br/site/wpcontent/uploads/2021/03/Umfeminismodecolonial>.

Puar, Jasbir. 2015. Homonacionalismo como Mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. 3 (n. 1): 297-318.

Segato, Rita. 2012. Gênero e Colonialidade. *e-cadernos CES*. 18: 106-131. <https://journals.openedition.org/eces/1533>.

Vergès, Françoise. 2020. *Um Feminismo Decolonial*. São Paulo: Ubu. <https://mulheres.paz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/03/Umfeminismodecolonial>.